

HAITI, INTERVENÇÃO E SOBERANIA: O RETORNO DA ONU E OS LIMITES DA FORÇA MULTINACIONAL

Por Marco Antonio de Freitas Coutinho*



Imagem meramente ilustrativa, gerada por inteligência artificial.

A nova resolução do Conselho de Segurança da ONU reacende o debate sobre segurança internacional, soberania nacional e o papel do Brasil em operações de paz; O Haiti volta ao centro da geopolítica hemisférica e, quem sabe, da memória estratégica brasileira.

A aprovação da Força Multinacional de Repressão a Gangues (GSF) pelo Conselho de Segurança da ONU, em 1º de outubro de 2025, marca mais um capítulo na longa e conturbada história das intervenções internacionais no Haiti. Com um mandato inicial de 12 meses, a GSF trabalhará em estreita coordenação com a Polícia Nacional e as Forças Armadas do Haiti. A missão terá como prioridade operações de inteligência para neutralizar facções, proteger infraestruturas críticas, apoiar o acesso humanitário e oferecer proteção a grupos vulneráveis.

A proposta, liderada por Panamá e Estados Unidos, foi aprovada por 12 votos a favor e três abstenções: China, Rússia e Paquistão. A ausência de veto por parte de potências como China e Rússia sinaliza uma rara convergência diplomática em torno da urgência da crise haitiana. Ainda assim, a composição da força permanece indefinida, e o Brasil, que outrora liderou a MINUSTAH, não confirmou participação.

CONTEXTO HISTÓRICO E O PAPEL BRASILEIRO

A MINUSTAH, criada em 2004 após a deposição de Jean-Bertrand Aristide, foi a mais longa e complexa missão da ONU no Haiti. O Brasil assumiu o comando militar da força desde o início e enviou mais de 37 mil militares e policiais ao longo de 13 anos. A

atuação brasileira foi marcada por operações de pacificação, apoio à reconstrução institucional e intensa presença humanitária, especialmente após o terremoto de 2010, que deixou mais de 200 mil mortos. Na tragédia, o Brasil perdeu 18 militares e quatro civis, incluindo a médica Zilda Arns.

O custo direto da participação brasileira na MINUSTAH ultrapassou R\$ 2 bilhões, segundo estimativas do Ministério da Defesa e da ONU. Além disso, o Brasil contribuiu com US\$ 55 milhões ao fundo de reconstrução do Haiti após o terremoto. Esses números refletem não apenas o esforço logístico e operacional, mas também o investimento político e diplomático feito pelo país.

Apesar dos avanços, a missão enfrentou críticas por abusos cometidos por tropas estrangeiras, dependência prolongada da presença internacional e ausência de soluções estruturais para a pobreza e a violência. O encerramento da MINUSTAH em 2017 deixou um vácuo institucional que se agravou nos anos seguintes.

A NOVA MISSÃO E SEUS DILEMAS

A GSF surge como resposta à falência da missão anterior, a MSS, criada em 2023, que enfrentou sérias limitações de financiamento e capacidade operacional. A nova força, com previsão de 5.550 integrantes, promete ser mais robusta e ofensiva. No entanto, os dilemas persistem: como garantir legitimidade local? Como evitar a repetição de erros passados? E, sobretudo, como equilibrar a presença internacional com o fortalecimento da soberania haitiana? Seria uma missão policial, militar ou mista?

O Conselho de Segurança foi claro ao afirmar que a responsabilidade primária pela segurança continua sendo do governo haitiano, que precisa enfrentar a corrupção, o tráfico de armas e o recrutamento de crianças por grupos armados. A GSF deverá apoiar, e não substituir, as instituições locais.

REFLEXÕES ESTRATÉGICAS E O DILEMA BRASILEIRO

Para o Brasil, a nova missão representa um dilema diplomático. Participar significaria retomar o protagonismo em operações de paz e reafirmar sua vocação humanitária. Por outro lado, a conjuntura interna e os custos políticos e financeiros de uma nova intervenção podem pesar contra. Além disso, há um fator geopolítico relevante: as relações com os Estados Unidos.

As rusgas recentes entre Brasília e Washington, especialmente em temas da política interna brasileira, mas também no âmbito da segurança regional, meio ambiente e governança multilateral, podem se tornar um complicador para a adesão brasileira à missão. Por outro lado, o fato de a GSF ser de interesse direto dos EUA pode abrir espaço para negociações mais amplas, envolvendo não somente a participação de um contingente brasileiro, mas aspectos de cooperação técnica, financiamento compartilhado e até acordos bilaterais em outras frentes. A diplomacia brasileira, historicamente pragmática, pode enxergar na missão uma oportunidade de reposicionamento estratégico.

CONCLUSÃO

A história das missões da ONU no Haiti é, acima de tudo, uma história de limites. Limites da força, da diplomacia, da solidariedade e da paciência internacional. O retorno da ONU ao Haiti exige mais do que tropas: exige visão estratégica, compromisso político e respeito à soberania. E exige, talvez, que o Brasil decida se ainda quer, e pode, ser protagonista nesse tabuleiro.

REFERÊNCIA

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *ONU aprova nova “força de supressão” no Haiti após aumentar violência de gangues.* ONU News, 1º de outubro de 2025. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2025/10/1851138>.

****Marco Antonio de Freitas Coutinho** é coronel da reserva do Exército Brasileiro, bacharel em Ciências Militares pela AMAN, mestre em Operações Militares pela EsAO e em Ciências Militares pela ECEME. Coutinho é pós-graduado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília e possui um mestrado em Ciência Política Internacional pela Fundação Universitária Iberoamericana (Espanha). Pode ser contatado pelo e-mail: marccoutinho@hotmail.com. Acompanhe seu Substack: <https://substack.com/@marccoutinho>.*
